

DIRETORIA LEGISLATIVA
DRP
Votação no Plenário
EM: 29/11/17 Ass: GABINETE DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE
Situação: 396002
Responsável: Darlem



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

CMM/DICOM/DECC

Propositura: ...Ph...

Nº 246/2017

Fls. nº

Assinatura ...Muel...

2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO – CCJR.
PARECER AO PROJETO DE LEI 246/2017

AUTORIA: Executivo Municipal.

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a desafetar o bem público que especifica, para fim de doação à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. da área que menciona e dá outras providências.

PARECER

I – RELATÓRIO

Trata-se do projeto de Lei 246/2017, de autoria do Executivo Municipal que autoriza o Poder Executivo Municipal a desafetar bem público, para fim de doação à Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

a) Quanto aos Bens Públicos;

Entende-se por bens públicos todos aqueles que integram o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público interno, considerando-se particulares todos os demais.

A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, estabelece em seu art. 98, a definição de Bens Públicos, senão vejamos:

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Os bens públicos são classificados em:

- a) Bens de uso comum – são aqueles destinados ao uso de toda a população, o uso pode ser gratuito ou oneroso;
- b) Bens de uso especial – apresentam destinação específica, como por exemplo, escolas públicas;
- c) Bens dominicais – não tem nenhuma destinação incidindo sobre eles, são chamados de terras vazias ou devolutas.

b) Quanto à afetação e desafetação do patrimônio público;

O intuito do presente projeto de Lei, é justamente a desafetação de um bem público municipal com o interesse de doá-lo a uma instituição privada para se fazer bom uso da área, porém, antes de tudo, precisa-se ter conhecimento dos conceitos de afetação e desafetação ao patrimônio público.

Um patrimônio público afetado entende-se como aquele bem que está fora do mundo jurídico para que fique apto a produzir os efeitos esperados. A afetação é o ato ou fato pelo qual se consagra um bem à produção efetiva de utilidade pública. Portanto, um bem destinado ao uso e gozo da comunidade.

Sendo assim, a desafetação ocorre justamente para retirar dele a atribuição que possuía o tornando um bem dominical, portanto, dando uma finalidade a este patrimônio, pois como determina o presente projeto de Lei, tal bem se destinará para implantação da Subestação de Energia do bairro da Compensa.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: *Ph*

Nº *246/2017*

Fls. nº

Assinatura *marcel*

c) Princípio da Legalidade

Logo, o interesse do Poder Executivo encontra respaldo no Princípio da Legalidade, haja vista que a Administração Pública somente faz o que a lei expressamente determina, caso contrário será ato ilegal.

Tal princípio, somado ao entendimento dos artigos 30, VIII e 37, caput, ambos da Constituição Federal, demonstram a legalidade do Poder Executivo, senão vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

Ademais, a Lei Orgânica do Município de Manaus, determina em seus dispositivos 80, inciso II, 174 e 219, parágrafo único, inciso I, a possibilidade de tais atos, senão vejamos:

Art. 80. É da competência do Prefeito:

II – exercer a direção superior da Administração Pública;

Art. 174. O município, preferentemente à venda ou doação de bens imóveis, concederá direito real de uso, mediante autorização legislativa e licitação.

Art. 219. Para assegurar a plena efetividade das funções urbanas, o Poder Executivo poderá utilizar e propor instrumentos jurídicos, tributários, financeiros e de controle do uso e ocupação do solo urbano.

Parágrafo único. O Município deverá promover todas as ações relativas ao levantamento, discriminação, arrecadação, matrícula e registro de todas as suas terras, devolutas ou não, observando:

I – início imediato de processo de transferências de lotes, que se dará mediante títulos definitivos e de concessão de direito real de uso, na forma da lei, no mínimo de 250 metros e no máximo de mil metros quadrados para área urbana e até 25 hectares para a área rural, obedecidos os critérios de indivisibilidade e de intransferibilidade antes de decorrido o prazo de 10 anos, além de outros que a lei estipular;



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: PL

Nº 246/2017

Fls. nº

Assinatura Maranh

III – VOTO

Merece aprovação o presente projeto de lei, pelo o que passamos a expor.

O projeto de lei nº 246, de 2017, autoriza o Poder Executivo Municipal a desafetar determinado bem público com a finalidade de destinar tal patrimônio à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. para a distribuição de energia no bairro da Compensa, com o objetivo de suprir tais problemas, uma vez que é uma necessidade básica.

A proposta é adequada, uma vez que, o Poder Executivo tem total competência para praticar tal ato, conforme os dispositivos anteriormente citados, além de que a área será muito bem utilizada, visto que servirá para a implantação de uma Subestação de Energia na Compensa.

Ex positis, o voto é FAVORÁVEL pelo prosseguimento da matéria.

É o parecer. S.M.J.

Manaus, 12 de setembro de 2017.


MARCEL ALEXANDRE
Vereador PMDB
Relator

DIRETORIA DE COMISSÕES - DICOM
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES - DECOM

Aprovado o parecer: favorável
por: totalidade
dos: presentes
em: 22, 11, 2017
Obs: